

## Leniência\* Urbana

Arq. Anne Marie Sumner, Janeiro, 2016

Publicado na Revista Móbile N. 3 (Revista do CAU-SP), Julho/ Agosto, 2016, Pgs. 21 e 22. ISSN 2448-3885.

A defesa da manutenção do Minhocão, como parque ou similar, dá a medida da redução do nosso contrato social como sociedade civil. Os seus correlatos são as escolas de lata e os terminais em praça pública: Bandeira, D. Pedro II e Princesa Isabel, por exemplo.

A insalubridade decorrente da falta de aeração e incidência de luz solar nos primeiros pavimentos lindeiros ao Elevado; o resultante socavão sombrio sob o mesmo; o completo desdém pela memória histórica tamponando a Av. São João - saída a oeste do séc. XVIII, cujo ponto de fuga era o primeiro centro de São Paulo; a aniquilação da escala mais singela da Amaral Gurgel, obstruída na sua conexão com o Largo do Arouche no segundo centro de São Paulo. São estas as evidências que, associadas à permissividade da vontade individual - sobreposta ao coletivo que lá vive - ao correr praticamente dentro dos apartamentos lindeiros, indicam de modo contundente a leniência referente ao nosso contrato social e sua progressiva fragilidade.

No fórum realizado na Câmara Municipal em 14 de abril, 2014, vários setores da sociedade civil deram seus pareceres nominadamente referentes à insalubridade, além da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), que afirmava que o fluxo da ligação leste-oeste poderia ser equacionado com o Minhocão desmontado. Deste modo, qual o argumento de defesa da manutenção do mesmo como uso de lazer? Há quem pondere que a população teria se apropriado e se acostumado ao seu uso nos fins de semana sem autos; certamente menos nefasto que o quadro anterior, mas isto é suficiente para validar o paliativo? O custo do desmonte seria desproporcional? (1)

Vale lembrar que as cidades comentem erros que historicamente podem ser corrigidos. Nas últimas décadas, Seul e Boston foram bons exemplos: a primeira desmontou o viaduto e renaturalizou o Rio Cheonggyecheon e a segunda, com o *Big Dig*, mergulhou o imenso complexo viário e repôs, no chão, áreas de interesse ambiental e lazer públicos.

Os cariocas foram contundentes com o desmonte recente da Perimetral, devolvendo a abertura da cidade ao mar na sua histórica área central. Os centros primeiros são emblemáticos e devem ser tratados de modo exemplar. Com o Elevado de São Paulo, o paliativo de perfurar sua estrutura atual para entrada de luz; de revesti-la e encapá-la; a ideia de adequação de pavimentos no nível do tabuleiro para usos comerciais, com o conseqüente deslocamento dos moradores que lá vivem, ou sua convivência *en face* com a nova companhia cotidiana do parque; os jardins verticais - de difícil manutenção - além dos jardins na própria já combalida laje do viaduto. Tais ações teriam sentido? Reporiam naquela centralidade a dignidade urbana original? Diria que em nenhum sentido - nem ético, nem técnico nem estético.

A cidade como possibilidade plena dos cidadãos dá-se fundada numa relação entre civilização e cultura onde a primeira realiza e concretiza a invenção e hipótese da outra (Hannah Arendt). O que temos visto contudo, é que a razão instrumental, em princípio civilizatória, ao passar a ter em si própria o seu sentido - e agir portanto independente da cultura - fica sem sentido. A mera existência do Elevado é evidência de tal instrumentalização.

À demanda de maior número de áreas públicas de lazer, diria que a ação mais urgente seria a do resgate daquilo que já temos, restituído ao seu uso original, a começar pelas emblemáticas Praça da Bandeira, Parque D. Pedro II e Praça Princesa Isabel.

\* No sentido da condescendência e não no sentido jurídico

(1) Do ponto de vista econômico, como é sabido as vigas pré-fabricadas do Elevado poderiam ser re-utilizadas para obras de passagem de nível ou drenagem em outros locais da cidade sendo que apenas os pilares seriam implodidos; certamente menos custoso que a restauração da combalida estrutura do Elevado, com suas já existentes infiltrações, além das obras de adequação para escape público (entre outras) exigidas pelos Bombeiros e por eles explicitado no referido Fórum da Câmara.